

O humanismo integral segundo o Papa Francisco

Paul Valadier¹

Introdução

Invocar o Humanismo, ou seja, uma filosofia que defenda a humanidade do ser humano, não é tarefa fácil. Lembrem-se as objeções de Heidegger, que pretendia que “o humanismo não valoriza bastante a *humanitas* do ser humano”, já que, segundo ele, o ser humano era pensado no Esquecimento do Ser, portanto, na perspectiva da metafísica tradicional. Bem inversamente, a objeção hoje dominante vem antes do horizonte da ecologia e da defesa do meio ambiente; uma insistência demasiadamente unilateral sobre a exceção humana, ou seja, sobre a especificidade e a originalidade da espécie em relação ao cosmo e às outras espécies animais estaria na origem da devastação do planeta e de uma depredação dos recursos naturais em favor de uma dominação imponderada do ser humano, conduzindo, na realidade, à sua própria destruição. Defender o humanismo revela-se tarefa particularmente difícil quando se leva em consideração uma objeção não muito diferente da anterior, mas vindo de outro horizonte: a que anuncia a morte do ser humano, essa abstração passageira e transitória que deve apagar-se diante das estruturas informais que, só elas, seriam capazes de dar conta da realidade de maneira não unilateral. Na linha ecologista dir-se-á que hoje pagamos as pretensões excessivas do humanismo, enquanto na linha do pensamento da morte do ser humano (Michel Foucault, Claude Lévi-Strauss), se dirá que essas pretensões têm sua fonte num pensamento que é cego diante do fato de que, no todo, a humanidade ignora sua precariedade, sua relatividade, sua insignificância. Será então possível ainda defender a humanidade do ser humano sem exaltá-la, como no primeiro caso, mas também sem subestimá-la como no caso oposto?

Faz-se aqui uma parada para considerar o ensinamento do Papa Francisco, o qual, fiel inclusive às opções fundamentais do catolicismo, não renuncia a honrar a espécie humana, mas também não fica cego quanto às consequências nefastas de uma sobrestimação de seu lugar no conjunto do cosmo. Atenção privilegiada merece, por isso, a Encíclica *Laudato si'*, de 24 de

¹ Professor emérito das Facultés Jésuites de Paris – Centre Sèvres. Última conferência.

maio de 2015. Esse texto propõe um programa de defesa de algo que se pode chamar de “humanismo integral”, com o subtítulo altamente significativo “sobre a cuidado da casa comum”. Que significa esta expressão, aliás antiga, pois foi o título de uma notável obra de Jacques Maritain nos anos de 1930, à qual, porém, o Papa dá uma interpretação original. Procuraremos honrar a abordagem papal demorando-nos vez por vez na ideia de que se trata de um olhar inquieto (1ª parte), de um olhar esperançoso (2ª parte) e, por fim, de um olhar universal (3ª parte). Trata-se, evidentemente, de uma leitura pessoal, sem pretensão de exclusividade. Outras leituras são possíveis de tal texto muito rico e muito comprido (demais?).

1 Um olhar inquieto

De modo algum fora do tempo, a intervenção maturada durante muito tempo, fruto de amplas consultas de peritos de todo tipo, encara os desafios atuais da humanidade. Diante de uma situação mundial que suscita profundas inquietudes, o Papa lança um grito de alarme a respeito das irregularidades climáticas que estão à origem de numerosas catástrofes com alto preço em vidas humanas, a respeito das desigualdades econômicas decorrentes quer de catástrofes naturais (secas, inundações), quer de impotência política (corrupção, pressão, diversos laxismos). Em poucas palavras: a respeito de uma situação global que exige uma mobilização que o Papa julga dever empreender. Deste modo, o Papa Francisco se mantém longe dos “climacéticos” e de todos aqueles que pretendem que as mudanças climáticas são apenas propaganda. O contexto dessa encíclica é, portanto, de inquietude, o que, aliás, aparece claramente no título: trata-se do cuidado da casa comum. Esta necessita de cuidado porque está ameaçada. E trata-se da casa comum, nosso planeta, o que significa que esta situação não concerne unicamente a alguns povos, algumas regiões, alguns regimes políticos, mas ao conjunto da humanidade. Isso significa também a necessidade de um alerta vigoroso, pois as tomadas de consciência não têm sequência, e o inconsciente ou o espírito de torpor dominam os espíritos (§ 105), tanto nos responsáveis como nas próprias populações. Não há humanismo onde não ressoa vigoroso apelo a que o ser humano não se perca ou não se deixe distrair diante de ameaças amiúde escondidas, mas reais.

É preciso, portanto, salvar o homem de si mesmo, de seus silêncios, de suas cegueiras, de seu torpor (§ 79). Salvá-lo, isto é, acordá-lo diante de sua situação de perigo, pois trata-se de sua vida e de sua sobrevivência. Mas salvá-lo significa também salvá-lo das interpretações temíveis que antes mencionamos. Salvá-lo daqueles que parecem alegrar-se com a morte do ser humano, pois o que está em jogo, atualmente, não é de modo algum intelectual ou abstrato, visto que se trata do modo bem concreto e urgente de nosso futuro comum imediato. Este futuro deve evitar qualquer complacência com uma pretensa morte do ser humano, pois se trata, diante da ameaça atual, de saber se aceitamos nosso desaparecimento, sim ou não. Essa morte não é uma conclusão intelectual ou abstrata, uma brincadeira, ela é o fruto de nossa omissão ou de nossa cegueira.

É preciso, também, contrapor-se ao fatalismo dos que estimam que o homem moderno não pode senão conhecer declínio, decadência e, por fim, o desaparecimento. Por esse lado, o Papa se opõe às teorias do determinismo da decadência, cujas premissas intelectuais foram formuladas por Heidegger, entre muitos outros: esquecendo-se do Ser, a modernidade só poderia ficar prisioneira de uma dominação técnica dos “entes” e, portanto, degradar-se na insignificância ou na barbárie. Hanna Arendt, excelente discípula, ao menos neste ponto, analisou, em *The Human Condition* (1958), não apenas o fim do reino da contemplação, mas a escravização progressiva do ser humano ao que se chama o *animal laborans*, o consumo sem horizonte, o entretenimento laborioso da sua vida biológica só. Decerto, ela deplorava tal destino da humanidade, mas não ofereceu saída alguma diante dessa tragédia. Teorizou seu desmoronamento em “burro de carga”. Ora, salvar o ser humano significa também salvá-lo dessas teorias que o rebaixam e o escravizam sob pretexto de honrar sua *humanitas*, crença injustificada de Heidegger.

Ora, o Papa não ignora que essas teorias podem basear-se, para contradizê-las, em ideologias que igualmente dominaram o mundo moderno e o moldaram em suas estruturas essenciais. As teses acerca da decadência são a outra face daquelas que exaltavam uma espécie de prometeísmo, que queriam convencer que, pela tecnologia e pelas ciências, um progresso garantido desembocaria num mundo de prosperidade, de paz e de entendimento entre os povos. Essas teorias levaram a crer que não existia nenhum limite à liberdade

humana e a seu domínio sobre a natureza, portanto, que os seres humanos podiam dominar impunemente a natureza e explorá-la como se fosse um capital inesgotável (§ 6 e 106). Essa recusa de limites conduziu à desmesura, tão temida pela sabedoria dos antigos gregos; e ela acabou na ideia de que tudo é explorável, objeto de uso, portanto relativo, sem valor próprio. Neste ponto, o Papa não deixa de criticar o utilitarismo dominante de muitos espíritos, que constitui “o paradigma tecnocrático dominante” (§ 107). Tal utilitarismo não só desvaloriza os objetos, mas pela própria lógica chega a considerar determinados seres humanos como rejeitos, como lixo, seres inúteis e, portanto, sem valor. Então assiste-se não somente a uma degradação da natureza, mas a uma degradação dos próprios humanos, de idosos, portadores de limitações, pobres, marginais... como sem valor ou providos apenas de valor negligenciável. Tal antropocentrismo moderno (§ 115) transforma-se em desprezo do real, seja este natural ou humano. O belo projeto do progresso ilimitado que tanto marcou as mentalidades durante séculos, transforma-se em seu contrário. Essa denúncia é radical e não pode ser minimizada: a crítica teórica é habitada por uma real inquietude quanto ao futuro dos humanos.

Percebe-se que, diferentemente do Papa João Paulo II, Francisco não conclui que desse prometeísmo decorrem quase inevitavelmente regimes totalitários, ou que a dominação sobre a natureza comportaria em germe a dominação política (gulagues ou campos de concentração). Ele não acompanha, portanto, as conclusões dos sociólogos da primeira Escola de Frankfurt, Horkheimer ou Adorno, que denunciavam no reino das “Luzes” (*Aufklärung*) os sinais precursores das chamas da barbárie total... Em certo sentido, seu alerta é muito mais amplo: o prometeísmo ameaça o próprio ser humano em sua sobrevivência e começa a fazer isso ameaçando os mais fracos e os mais pobres. Mas, afinal, a ameaça concerne a todos nós através de epidemias, fomes, desregramento climático, ou através das angústias existenciais geradas por esses fenômenos. Daí a inquietude que se percebe nesse texto, o qual, contudo, nasce da reação contra ela e contra o derrotismo que ela provoca.

2 Um olhar de esperança

Seria desconhecer o tom geral desta Encíclica se se ignorasse que ela quer ser essencialmente uma mensagem de esperança. Primeiro, porque, aos

olhos do Papa, o ser humano sempre pode converter-se; nada de seu destino é inelutável ou selado. Nunca é tarde para corrigir os erros nos quais nos perdemos. Por esta visão o Papa mantém-se a extrema distância da linha heideggeriana, que postula uma espécie de fatalidade na decadência, assim como se mantém a distância dos catastrofistas que preveem o fim do planeta, a ruína iminente, o colapso que torna impossível toda forma de vida; nem adere à posição daqueles que pensam que é tarde para agir. Esta posição do Papa baseia-se, pelo que parece, na ideia cristã de que sempre está aberto o caminho da conversão e de que o maior pecador pode corrigir-se (mas este vocabulário do pecado não domina o texto), portanto, a ideia de que uma redenção, ainda que temporária, fica ainda aberta. O que traz à baila a expressão segundo a qual o tempo é superior ao espaço (§ 36). Estranha à primeira vista, esta ideia implica que, se o espaço supõe controle e dominação, típicos de certa modernidade prometeana, o tempo abre ao futuro, obriga a prever e antecipar, ele não nos pertence, não é possível detê-lo como se pode baixar sobreolhar um território espacial. Portanto, abre possibilidades e autoriza um futuro. Tal ideia supõe também que se saiba ver além do imediato (§ 36, 178), que não se deixe esmagar-se por problemas atuais, que não se fique confinado no que se chama o “presentismo”. Um futuro é possível, mas falta vê-lo. Essa afirmação antropológica é evidenciada pela proposição cristã da esperança de uma transformação de si, portanto, de uma retomada redentora contra a fatalidade do mal ou da morte. E isso vale não somente para os indivíduos, mas para a humanidade em sua totalidade...

Tal esperança não convoca para uma revolução ou para uma transformação radical e imediata das relações com a natureza ou entre as pessoas. Não vive na ilusão mágica mantida por uma razão enlouquecida que se julgasse capaz de tais radicalidades. Ao contrário, a Encíclica impressiona por sua preocupação em propor soluções concretas, acessíveis, aplicáveis imediatamente, ao alcance de todos e de cada um. Daí outra expressão característica e surpreendente: “menos é mais” (§ 222). Pois é pelo cuidado nas coisas simples que se fazem as transformações no longo prazo. De onde a insistência, bastante surpreendente num texto pontifício, sobre a importância da água, do ambiente, do urbanismo, dos jardins ou dos parques, do clima, dos animais em sua diversidade (§ 32). Daí também a insistência na ideia de que

tais transformações não se devem esperar exclusivamente das instâncias políticas ou internacionais, que também têm seu papel, mas que cabe a cada um, lá onde se encontra e como pode – e pode muito –, agir para a manutenção humana da “casa comum”. Está ao alcance de cada um contribuir para que a humanidade saia dos impasses nos quais se enroscou. Daí esta carta dirigida a todos, de todas as idades, de todas as condições, de toda crença religiosa e não somente aos responsáveis do destino do mundo.

Porém, se os gestos externos aparentemente mínimos têm importância, o Papa insiste também nas atitudes interiores que se devem adquirir e exercer. Os comportamentos devem apoiar-se em uma espiritualidade, ou seja, numa atitude fundamental que se chama “sobriedade”, moderação no uso dos bens e das coisas. O Papa não apregoa a abstenção total, nem a distância desconfiada em relação ao consumo, e menos ainda condena a técnica ou as ciências, mas antes convoco a uma sabedoria para dominá-las humanamente. Consequentemente, apela a uma educação moral e espiritual, a um comportamento que se dirige desde o interior em relação ao mundo. Não se deve esquecer que a grande referência da Carta é a pessoa de S. Francisco de Assis (§ 10): este é um modelo do desprendimento, da doçura e da ternura, não da recusa em relação aos bens sensíveis, que ele sempre admirou, amou, louvou. Trata-se de uma sabedoria que exige cultivo, que vai bem mais longe que todas as receitas práticas que uma ecologia convencional pode oferecer.

Essa é a razão porque o Papa apela a todas as religiões, a todas as sabedorias, a todas as espiritualidades (§ 63). A atitude justa, fruto da conversão, não é propriedade exclusiva dos cristãos católicos, mesmo que tenham uma tarefa específica a realizar, mesmo se sua religião os deva mobilizar de modo particular e com urgência. É preciso convocar todos os recursos espirituais de que os humanos são os herdeiros, e nesse sentido o apelo do Papa é um apelo a todas as religiões, pois as apostas são as mesmas, de modo nenhum próprias de uma crença ou fruto de uma ideologia particular. “Se levamos em conta a complexidade da crise ideológica e suas múltiplas causas, deveremos reconhecer que as soluções não podem vir de uma maneira única de interpretar e de transformar a realidade. É preciso ter recurso também às diversas riquezas culturais dos povos, à arte e à poesia, à vida interior e à espiritualidade. Se buscamos realmente construir uma ecologia

que nos permita restaurar tudo o que temos destruído, então nenhum ramo das ciências e nenhuma forma de sabedoria pode ser deixado de lado, tampouco a sabedoria religiosa com sua linguagem própria” (§ 63). O Papa não pretende, portanto, deter sozinho a chave das soluções. Ele apela a uma convergência de as sabedorias de que a humanidade dispõe. Ele crê no vigor e na pertinência dessas sabedorias, longe de considerá-las fora de uso, inadaptadas ou mortas... Daí que, por sua parte, analisa longamente em que os relatos bíblicos, a mensagem do evangelho, a tradição da Igreja contribuem para essa abertura do espírito e da razão comum.

3 Um olhar universal

Pelo que precede adivinha-se que a humanidade defendida pelo Papa Francisco não implica um olhar parcial ou unilateral sobre o ser humano. O homem em questão não é um espírito puro ou uma razão que o tornasse distinto do resto da criação, fazendo dele uma exceção que relegasse as demais coisas à insignificância. Daí a outra fórmula característica deste texto, que reza que “tudo está ligado” (§ 42, § 157). O cristianismo certamente desempenhou um papel essencial na “desmistificação” da natureza: expulsou os deuses e as forças obscuras, acabou com a visão mágica do mundo e assim tornou possível a abordagem científica, rigoroso e “objetiva” da realidade (§ 78). Sim, colocou a humanidade em condição de gerenciar o cosmo. Mas a sabedoria nos ensina exatamente que o ser humano é apenas um gerente, que recebeu do Criador a tarefa de um domínio sábio das coisas, submetendo-as à sua divina Lei, que é uma lei de medida e de ordenamento para o bem de todos, não para a exploração demiúrgica ou prometeana da natureza. Um gerente cuida das coisas que lhe são confiadas, ele as cultiva e não as saqueia. Aliás, o texto prefere falar de “criação” antes que de natureza, certamente para evitar as terríveis ciladas de um antropomorfismo despótico (§ 68), aquele que presidiu e preside ainda a moderna empresa utilitarista. De fato, o termo “criação” postula Criador de quem tudo depende e que deu à criatura a vocação de cuidar das coisas que lhe tocam, não de destruí-las. Neste ponto, o Papa responde às críticas formuladas contra o judaísmo e o cristianismo, que são acusados de terem aberto o caminho para uma “exceção humana”, desprezando o criado e favorecendo uma exploração selvagem da natureza. O ser humano não está à parte, não é falsamente superior. Ele é

enraizado no cosmo, ele deve desempenhar seu papel de domínio sábio, pois, mais uma vez, “tudo está ligado” e, portanto, seu destino não se define sem o engajamento e o laço com todas as coisas... Ele prepara sua própria destruição quando ele destrói o ambiente e massacra a natureza. É por isso que neste ponto se pode falar de “humanismo” integral, isto é, preocupado com o conjunto da realidade e avisado da complexidade e do laço de cada realidade com cada outra.

É preciso evitar o contrassenso quanto ao termo “integral”, pois ele pode ensejar interpretações “integrizantes”, extremistas, falsamente globalizantes. Na Encíclica, aliás, a expressão intervém a respeito de Francisco de Assis e no contexto da admiração pela beleza e variedade da criação. O Santo de Assis “é o exemplo da proteção do que é fraco e de uma ecologia integral, vivida com alegria e autenticidade... Nele se vê até que ponto são inseparáveis a preocupação com a natureza, a justiça para com os pobres, o engajamento em prol da sociedade e a paz interior (§ 10). Tudo se opõe aqui a uma leitura estreitamente integrista, que constitua uma espécie de blocos de princípios ou de preceitos indiscutíveis. O “integralismo” que o Papa evoca é o da amplidão de vista e de espírito, da aptidão a respirar na admiração da beleza do mundo, inseparável da preocupação para com os mais pobres; que junta simultaneamente a contemplação e a plena gratidão com o assumir das vulnerabilidades de toda espécie, tanto dos homens como também da natureza.

Deveria ser evidente que o humanismo integral é o da “casa comum” (§ 156), partilhada por e para todos, ou pela contrário saqueada e desprezada. Também aqui o olhar é vasto e amplo, não exclusivo. “Daí a convicção de que, criados pelo mesmo Pai, nós e os seres do universo estamos unidos por laços invisíveis e formamos uma espécie de família universal, uma comunhão sublime que nos conduz a um respeito sagrado, cheio de ternura e humildade” (§ 89), pois “o sentimento de união íntima com os outros seres da natureza não pode ser real se, ao mesmo tempo, não houver no coração ternura, compaixão e preocupação para com os outros seres humanos” (§ 91). Quanto a isso, nunca se acentuará demais o tom que marca este texto, não dogmático, não imperativo, mas de suavidade e doçura para com as criaturas de Deus. A exigência de respeitá-las não provém de um dever, de um imperativo

categorico que se impusesse às nossas vontades involuntariamente submissas de modo arbitrário, mas de uma comunhão da qual nós todos participamos e que, portanto, concerne a cada um em primeira instância. O respeito pela criação passa pelo respeito de si, parte essencial do criado...

Entende-se por que o Papa apela a um princípio essencial na mensagem do catolicismo, a ideia do bem comum, que, com o Concílio Vaticano II ele define como segue: “É o conjunto das condições da vida social que permitem, tanto aos grupos como a cada membro, alcançar mais plena e facilmente a própria perfeição” (§ 156, citando explicitamente a Constituição pastoral *Gaudium et Spes* n. 26). Definição dinâmica, implicando visões a serem perseguidas, a ideia do bem comum, portanto, supõe reflexão, pesquisa, debate, abertura à complexidade dos dados, para descobrir e inventar como atingir na medida do possível a perfeição dos seres humanos.

Tal “integralismo” deve ser pensado convocando a ideia de debates e discussões que são tão frequentemente citadas na Carta. Toca-se assim um ponto central do pensamento do Papa Francisco em matéria de teologia moral. Certamente em fidelidade à tradição inaciana, Francisco tem grande preocupação com o discernimento, que sempre leva em conta a complexidade dos parâmetros da decisão. Esta preocupação não desconhece a importância dos princípios, mas sabe que estes, por si só, podem conduzir a decisões errôneas, parciais, perigosas para as pessoas. “Em qualquer discussão sobre um empreendimento, dever-se-ia pôr uma série de perguntas, para poder discernir se o mesmo levará a um desenvolvimento verdadeiramente integral: Para que fim? Por qual motivo? Onde? Quando? De que maneira? A quem ajuda? Quais são os riscos? A que preço? Quem paga as despesas e como o fará? » (§ 185). Muitas questões que devem evitar falsas evidências como recorrer ao único critério da rentabilidade (§ 186), privilegiando, por exemplo, o “princípio da precaução” (§ 186), pois importantes são sobretudo as discussões amplas que buscam um difícil consenso (§ 188) em vista de uma “economia em diálogo” (título do cap. V, n. 4). A mesma abordagem moral pode ser encontrada alhures para outras questões que não as do ambiente, e convém sublinhar a que ponto esta perspectiva difere daquela da Encíclica *Veritatis Splendor* (1993), a qual, contudo, era vista como a única que se podia defender no catolicismo. O Papa Francisco valida uma tradição moral que respeita o

real, sua riqueza, sua complexidade, sublinhando ao mesmo tempo a que ponto a liberdade cristã deve ser educada para a investigação complexa da verdade a respeito do si mesmo e das coisas...

Conclusão

O humanismo integral segundo o Papa Francisco se situa no oposto de um recurvamento antropocêntrico da humanidade sobre si mesma. Bem ao contrário, é abertura para a riqueza e a complexidade da realidade, contra todos os unilateralismos que levaram a humanidade aos perigos atuais. Isso aparece ainda mais claramente quando se constata a que ponto o Papa incite na beleza do mundo, que é o sinal da grandeza de Deus (§ 80). “Todo o universo material é linguagem do amor de Deus, de sua ternura sem medida para conosco. O sol, a água, as montanhas, tudo é carícia de Deus” (§ 84). “O mundo é algo mais que um problema a resolver; é um mistério gozoso que contemplamos na alegria e no louvor” (§ 11). Também aqui Francisco de Assis é o inspirador; mas além disso está engajada toda uma filosofia da grandeza da criação, grandeza não fixada de uma vez por todas, assim como a beleza nunca é congelada, mas sempre nova. Se é possível converter-se, como foi dito acima, é porque o universo querido por Deus não está acabado. “O Espírito de Deus encheu o universo de potencialidades que permitem que, do próprio seio das coisas, possa brotar sempre algo de novo” (§ 80). Mesmo que “suponha também processos evolutivos, o ser humano implica uma novidade que não se explica cabalmente pela evolução doutros sistemas abertos” (§ 81). Fruto da evolução, ele pode e deve evoluir ainda, portanto, até transformar o mal provocada num bem superior. Deus não abandonará suas criaturas. A “presença divina, que garante a permanência e o desenvolvimento de cada ser, ‘é a continuação da ação criadora’” (§ 80, citando S. Tomás de Aquino). Assim, esta Carta é um alarme forte diante dos desafios concernentes à nossa “casa comum”, mais ainda, ela é uma mensagem de esperança: se quiser, e com a força de Deus, a humanidade pode se livrar de seus erros e caminhar para a sua plenitude.

Tradução Johan Konings